

CONTRATAÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL

1 - OBJETIVO GERAL

Estudo técnico sobre estratégias nacionais e internacionais de promoção dos alimentos da cesta básica, com foco nas políticas públicas do Brasil e Portugal, para subsidiar parceria firmada entre os dois países e elaboração de policy brief com recomendações.

2 - ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o IICA - Projeto BRA/IICA/24/002 - QUALISAN - Qualificação das ações públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional e do acesso a água para as famílias em situação de vulnerabilidade social do Brasil.

No âmbito do Projeto, a ação está enquadrada no Objeto 1 - “Promover o aumento da produção, do acesso, da disponibilidade e do consumo de alimentos adequados e saudáveis nas cidades de alta incidência de população em situação de insegurança alimentar e nutricional”, no resultado 1.2 - “Ações voltadas para a promoção da alimentação adequada e saudável desenvolvidas”, especialmente na atividade 1.2.4 - Elaboração de proposta de adaptação de cesta básica para cada bioma brasileiro.

3 - CONTEXTO

A publicação do Decreto nº 11.936, de 05 de março de 2024 e da Portaria MDS nº 966, de 6 de março de 2024 representa um avanço normativo relevante ao estabelecer diretrizes para a composição da cesta básica alinhadas aos Guias Alimentares, à diversidade regional, à sociobiodiversidade e à sustentabilidade. No entanto, evidências da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018 apontam para um padrão alimentar ainda caracterizado pelo baixo consumo e pela pouca diversidade de alimentos in natura e minimamente processados^{1,2}. Esse cenário indica que a definição normativa da cesta básica, embora necessária, não é suficiente para promover mudanças nos padrões alimentares, exigindo o fortalecimento de estratégias efetivas de promoção desses alimentos nos territórios e nos sistemas alimentares.

Nesse sentido, a agenda de promoção dos alimentos que compõem a cesta básica ganha centralidade no âmbito das políticas públicas, compreendida não apenas como um instrumento de abastecimento, mas como uma estratégia estruturante para a indução de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. A promoção desses alimentos demanda a articulação de múltiplos instrumentos — incluindo medidas regulatórias, fiscais, de

abastecimento, de educação alimentar e nutricional e de apoio à produção — capazes de ampliar simultaneamente a disponibilidade, a acessibilidade econômica e a valorização cultural de alimentos adequados e saudáveis.

No Brasil, essa agenda está diretamente alinhada às prioridades da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS), que é fortalecida, inclusive com a implementação da Estratégia Alimenta Cidades, normatizada por meio do Decreto nº 11.822, de 12 de Dezembro de 2023, reforça esse direcionamento ao promover o acesso a alimentos adequados e saudáveis em territórios urbanos, especialmente em áreas periféricas e entre populações em situação de vulnerabilidade, por meio de uma abordagem intersetorial e integrada de políticas e programas.

Adicionalmente, as especificidades regionais evidenciam a necessidade de estratégias diferenciadas de promoção dos alimentos da cesta básica, considerando aspectos relacionados à produção local, logística, abastecimento e cultura alimentar. Esses desafios reforçam a importância de análises contextualizadas e comparadas que apoiem a implementação das diretrizes nacionais de forma mais eficaz e sensível às realidades territoriais.

É nesse contexto que se insere a cooperação internacional estabelecida entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Saúde de Portugal, orientada ao fortalecimento de políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável e de prevenção e tratamento da obesidade. A iniciativa baseia-se no reconhecimento de desafios comuns, como o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, a consolidação de ambientes alimentares obesogênicos e as desigualdades no acesso a alimentos saudáveis.

A cooperação, estruturada em eixos como guias alimentares, ambientes alimentares saudáveis, prevenção da obesidade e governança, prevê a realização de seminários, missões técnicas e intercâmbio de experiências, culminando na elaboração de um policy brief com recomendações para o aprimoramento das políticas públicas. Diante desse cenário, justifica-se a contratação de consultor para a elaboração do “Estudo técnico sobre estratégias nacionais e internacionais de promoção dos alimentos da cesta básica, com foco nas políticas públicas do Brasil e Portugal, para subsidiar parceria firmada entre os dois países e elaboração de policy brief com recomendações”. O estudo constitui elemento-chave da cooperação ao possibilitar a identificação, sistematização e análise comparada de instrumentos e experiências que favoreçam o acesso físico e econômico a esses alimentos, bem como sua inserção qualificada nos ambientes alimentares.

Referências:

1. LOUZADA, M. L. da C. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 57, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/jX9TcZ-9FLw6kzRPHTz5mQjG/>.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2025: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

4 - PRODUTOS E ATIVIDADES

No âmbito desta consultoria, o produto final é elaborar um policy brief binacional que, por meio de uma abordagem analítico-comparativa e orientada a políticas públicas, consolide evidências e aprendizados da cooperação entre Brasil e Portugal, com vistas a subsidiar a tomada de decisão e orientar o aprimoramento de políticas públicas para a promoção da alimentação adequada e saudável e o enfrentamento dos desafios comuns em segurança alimentar e nutricional. Para tanto, importante que o desenvolvimento do material esteja alinhado aos eixos da Cooperação, que estão descritos a seguir.

1. Guias Alimentares: Implementação e materiais educativos;
2. Sistemas Alimentares: Estratégias regulatórias, fiscais e territoriais;
3. Obesidade: Práticas de prevenção e tratamento na segurança alimentar;
4. Governança: Monitoramento, avaliação de impacto e gestão intersetorial; e
5. Aliança Global: Fortalecimento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Para desenvolvimento do produto, orienta-se que o consultor realize as seguintes atividades:

1. Revisão da literatura, documental e normativa, com análise comparada entre Brasil e Portugal sobre o cenário e desafios para a promoção da alimentação adequada e saudável entre os dois países;
2. Participação de reuniões técnicas com equipes de ambos os países;
3. Entrevistas com gestores de ambos os países;
4. Identificação e descrição das principais iniciativas dos dois países, considerando políticas públicas, marcos normativos, estratégias nacionais, materiais técnicos (ex: guias alimentares);

5. Apresentação de Matriz de mapeamento Brasil–Portugal consolidando desafios identificados, iniciativas e recomendações para políticas públicas;
6. Realização de escuta qualificada com atores-chave de ambos os países para validação da matriz identificada e policy brief; e
7. Documento analítico preliminar e final do Policy Brief com cenário de desafios, iniciativas e recomendações.

O trabalho da consultoria corresponde aos produtos, conforme descritos no Quadro I:

Quadro I

Produto 01: Relatório técnico contendo mapeamento e análise comparada dos principais desafios relacionados ao acesso físico e econômico aos alimentos que compõem a cesta básica, bem como à redução do consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil e em Portugal, elaborado com base em revisão bibliográfica, documental e normativa sobre políticas públicas de alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional, ambientes alimentares, abastecimento, disponibilidade de alimentos, desigualdades territoriais e aspectos culturais que influenciam o acesso aos alimentos nos dois países.

Produto 02: Relatório técnico contendo identificação, descrição e análise das principais iniciativas brasileiras e portuguesas relacionadas à promoção dos alimentos da cesta básica e à redução do consumo de alimentos ultraprocessados, considerando políticas públicas, marcos normativos, estratégias nacionais, guias alimentares, materiais educativos, medidas regulatórias, fiscais e territoriais, ações de prevenção e tratamento da obesidade, mecanismos de governança, monitoramento e avaliação, a partir de análise documental, reuniões técnicas e entrevistas com gestores e atores-chave dos dois países.

Produto 03: Policy brief binacional contendo análise comparada dos desafios e das iniciativas identificadas no Brasil e em Portugal, com matriz consolidada de mapeamento Brasil–Portugal, sistematização de lições aprendidas e formulação de recomendações voltadas ao aprimoramento das políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e redução do consumo de ultraprocessados, incorporando as

contribuições institucionais decorrentes das reuniões técnicas, entrevistas e escutas qualificadas realizadas com atores-chave dos dois países.

Produto 04: Relatório técnico contendo a sistematização dos seminários previstos no âmbito da cooperação Brasil-Portugal, com breve relatoria de cada encontro, contemplando tema, título, objetivo, metodologia, data de realização, número de participantes, palestrantes ou instituições participantes, principais desafios discutidos, estratégias apresentadas, contribuições para a cooperação bilateral, considerações finais, análise consolidada dos principais resultados e infográfico síntese com os achados mais relevantes.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

O consultor deverá garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade, atendendo a todas as especificações e no prazo estabelecido neste termo de referência.

Ressalta-se a necessidade de uso criterioso de ferramentas de inteligência artificial, considerando que o trabalho envolve análise de políticas e iniciativas bilaterais com informações sensíveis e, por vezes, não públicas. Seu uso deve observar referenciais internacionais de ética e governança, assegurando supervisão humana, confidencialidade e rigor analítico, sem substituição do julgamento técnico especializado.

O consultor deverá seguir as orientações do supervisor da consultoria e submeter os produtos para sua apreciação e aprovação em tempo hábil para que seja possível a realização de ajustes que venham ser necessários dentro do prazo da entrega do produto.

O produto entregue pelo consultor, aprovado pelo supervisor do contrato, deve ser enviado via e-mail em formato PDF e Word (".DOC" - versão 2010 ou similar) certificado pelo consultor através da Declaração de Autoria de Produto via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Não serão aceitos produtos que apresentem mera reprodução de conteúdo da internet ou livros de outros autores sem os créditos devidos ou ainda sem que tais conteúdos sejam minimamente tratados/analizados pelo consultor.

Não serão aceitos produtos que apresentem textos já escritos pelo consultor em outros produtos ou publicações sem referência a eles. O produto elaborado requer ineditismo.

Os produtos serão pagos após a aprovação pelo supervisor do contrato, pelo Diretor Nacional de Projetos e Supervisor do Projeto no IICA.

A estrutura dos Produtos deverá estar em conformidade com o “Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria (IICA)” – março de 2009, que poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico https://drive.google.com/file/d/1dHU_TPffQPeBscG8jsdZ0JgA7dCPXZ0Z/view?usp=sharing.

O consultor deve garantir sigilo e proteção dos dados pessoais que possam ser acessados durante a consultoria, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração dos serviços de consultoria será de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso no Quadro II.

Quadro II: Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração.

Produtos esperados	Cronograma de entrega (dias acumulados contados a partir da data de assinatura do Contrato)
Produto 01	26 dias após a assinatura do contrato
Produto 02	77 dias após a assinatura do contrato
Produto 03	128 dias após a assinatura do contrato
Produto 04	180 dias após a assinatura do contrato

7 - CUSTO TOTAL

O custo total da consultoria é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo destinados ao pagamento de dos produtos, cumpridas as obrigações contratuais.

Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, de acordo com a entrega dos produtos, uma vez aprovados pelo Supervisor do Contrato, pelo Diretor do Projeto e Supervisor do Projeto no IICA.

8 - INSUMOS

Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem em viagens consideradas essenciais para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência serão custeados pelo Projeto BRA/IICA/24/002 – QUALISAN. A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional disponibilizará documentos, materiais e insumos que julgar necessário para a execução da consultoria.

9 - LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

Local de residência do consultor. Os custos com deslocamento nos trechos referentes ao local de origem/Brasília/origem poderão ser arcados pelo Projeto. Além disso, sendo necessário o consultor poderá realizar viagens que contribuam para a elaboração dos produtos.

10 - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA CONSULTORIA

Poderão participar da seleção, profissionais que tenham, no mínimo, as qualificações descritas no Quadro III:

A formação acadêmica e a experiência profissional obrigatórias devem obedecer aos requisitos mínimos exigidos na tabela de remuneração de consultores.

Quadro III

Requisitos obrigatórios
Formação acadêmica: Graduação em Nutrição, ou em Engenharia de Alimentos, ou em Gastronomia, Doutorado em Nutrição em Saúde Pública ou em Políticas Públicas, ou Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.
Experiência profissional em: Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e/ou Ambientes Alimentares, e/ou Monitoramento e Avaliação, e/ou Segurança Alimentar e Nutricional, com elaboração de pelo menos 2 (dois) materiais e/ou publicações nessas áreas.

11 - MÉTODO DE SELEÇÃO

A seleção tem como fundamento legal o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 e a Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017.

12 - RECEBIMENTO DOS CURRÍCULOS

Os currículos deverão ser anexados, obrigatoriamente, no momento do cadastro, no site do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (<http://www.iica.org.br/pt/node/75>) em “Oportunidades”, “Pessoa Física”, conforme orientações que constam no item 17 deste Termo de Referência.

13 - SELEÇÃO

A Comissão Temporária de Seleção definirá o(a) candidato(a) melhor qualificado(a) nesse certame com base na análise de currículo. A comprovação documental das informações curriculares é parte integrante do processo.

O perfil requerido e a capacidade do especialista serão aferidos com base no currículo acadêmico apresentado e na experiência profissional. As qualificações profissionais exigidas têm caráter eliminatório e haverá pontuação classificatória para seleção.

A seleção ocorrerá em três etapas:

A) ANÁLISE CURRICULAR

A análise curricular ocorre em duas fases:

1ª Fase – Nesta fase, os currículos dos candidatos serão analisados para verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios (e, portanto, eliminatórios), de acordo com as qualificações de formação acadêmica e experiências profissionais informadas no item 10 deste Termo de Referência.

Para que a seleção siga para a próxima etapa, é necessário que pelo menos 3 (três) candidatos possuam todos os requisitos obrigatórios.

2ª Fase – Nesta fase, serão pontuados, exclusivamente, os currículos válidos, ou seja, aqueles que obtiverem resposta “SIM” em todos os requisitos obrigatórios. A pontuação será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional informadas no item 10 deste Termo de Referência, conforme a tabela abaixo.

Para ser considerado classificado, a nota final do candidato deve estar acima da nota de corte.

Os requisitos devem estar de acordo com a planilha de avaliação.

Os requisitos obrigatórios também devem ser pontuados.

A distribuição dos pontos deve ser feita pelo preenchimento da planilha de avaliação, sendo que a pontuação máxima dos requisitos deve somar 100 pontos.

A distribuição da pontuação entre os requisitos obrigatórios e os desejáveis será feita na proporção 70/30 pontos.

Quadro IV

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS
Graduação em: Graduação em Nutrição, ou em Engenharia de Alimentos, ou em Gastronomia.	Até 70 pontos
Doutorado em: Nutrição em Saúde Pública ou em Políticas Públicas, ou Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.	
Experiência profissional em: Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e/ou Ambientes Alimentares, e/ou Monitoramento e Avaliação, e/ou Segurança Alimentar e Nutricional, com elaboração de pelo menos 2 (dois) materiais e/ou publicações nessas áreas.	
CRITÉRIOS DESEJÁVEIS	PONTOS
Experiência profissional: Participação e/ou condução de no mínimo 1 (uma) pesquisa na área de alimentação e nutrição e/ou segurança alimentar e nutricional e/ou ambientes alimentares.	Até 30 pontos

Serão classificados candidatos que obtiverem no mínimo 70 pontos.

Requisito obrigatório a ser considerado mais importante para a formação da lista curta: Experiência de participação e condução de pesquisas na área de segurança alimentar e nutricional, gestão de políticas públicas ou desenvolvimento regional relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Critérios de desempate:

Em caso de empate, será considerado vencedor:

(a) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério

Experiência de participação e condução de pesquisas na área de segurança alimentar e nutricional, gestão de políticas públicas ou desenvolvimento regional;
e

Se ainda permanecer empate, será considerado vencedor:

(b) O candidato que apresentar o maior tempo decorrido da conclusão da graduação até o tempo atual.

B) APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Será solicitado ao candidato com maior pontuação na soma dos pontos obtidos na análise curricular a apresentação de cópias autenticadas dos documentos declarados no currículo, a serem listados pela Comissão Temporária de Seleção, no prazo de até 5 dias úteis. O candidato que não apresentar os documentos solicitados no prazo estipulado, será automaticamente desclassificado. Diante disso, caso ocorra, será convocado o candidato que obter a segunda maior pontuação ou elegível para a apresentação dos documentos e assim sucessivamente.

C) REUNIÃO DE ALINHAMENTO

Após a apresentação de toda a documentação, e previamente à contratação, será convocada uma Reunião de Alinhamento para Contratação, na qual serão discutidos o Termo de Referência, plano de trabalho, a metodologia, insumos (viagens, material etc.), método de coleta de dados e condições do contrato etc. A reunião ocorrerá na presença do candidato, e de pelo menos 1 membro da Comissão Temporária de Seleção e de um membro da equipe da unidade Cooperação Técnica, e poderá ser feita por áudio ou videoconferência.

14 - RESTRIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, PROFESSORES FEDERAIS E BOLSISTAS.

Segundo Decreto 5.151/2004, não pode ser contratado servidor ativo, ainda que licenciado, da administração pública federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, direta ou indireta, bem como de empregado de suas subsidiárias e controladas. O candidato também não deve pertencer ao quadro funcional das instituições de ensino superior qualificadas para atuar enquanto agências implementadoras.

Durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025 é permitida a contratação de servidores públicos que se encontrem em licença sem remuneração para tratar de interesse particular. Ainda, durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025 é permitida a contratação de professor de Universidades, inclusive os de dedicação exclusiva, para realização de pesquisas

e estudos de excelência, desde que: haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem de inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Os projetos de pesquisas e estudos devem ser aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor.

Em conformidade com o artigo 1º da Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES.

Conforme a Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):

...

II – No período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos das [Portarias Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013](#) e [Portaria MC nº 603, de 05 de fevereiro 2021](#);

Ainda, nos termos da Lei nº 12.813/13, o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor deste Ministério. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

Nos termos dos parágrafos § 4º e 5º da portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores, que dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebido, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos, é vedada a contratação de consultor que já esteja cumprindo contrato de consultoria por produto vinculado a projeto de cooperação técnica internacional, sendo necessário cumprimento de interstício para novas contratações conforme prazos estabelecidos:

"§ 5º A autorização para nova contratação do mesmo consultor, mediante nova seleção, nos termos do art. 5º do Decreto nº 5.151/04, somente será concedida após decorridos os seguintes prazos, contados a partir do encerramento do contrato anterior:

noventa dias para contratação no mesmo projeto;

quarenta e cinco dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;

trinta dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras."

A contratação de consultores, ainda, deve atender aos termos do [Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010](#), que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, e [da Portaria MC nº 604, de 05 de fevereiro de 2021](#), que estabelece os procedimentos e as rotinas de verificação de situações de nepotismo no âmbito deste Ministério.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão.

15 - SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSULTORIA

O acompanhamento dos trabalhos será de responsabilidade deste Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sob gestão do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, juntamente com a Coordenação Técnica do IICA.

16 - PROPRIEDADES

Todas as peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo contratado, fruto deste Termo de Referência, inclusive originais e arquivos em meio digital, independente dos meios de informação em que se encontrem produzido pelo Contratado sob este contrato, deverão ser entregues antes da data de término do contrato e pertencerão exclusivamente à contratante.

O(A) Contratado(a) não poderá fazer uso das informações produzidas por ele relativas aos produtos, a não ser que, expressamente, seja acordado entre as partes e devidamente registrado no Contrato.

O conjunto das peças citadas anteriormente será incorporado ao acervo do MDS, podendo ainda ser publicado posteriormente conforme a vontade da contratante.

17 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Poderão participar deste processo seletivo as pessoas físicas que se enquadram no perfil profissional descrito no termo de referência e conforme as orientações a seguir:

- 1) Cadastrar-se e ou logar-se no site da representação do iica no brasil, disponível em <https://iica.int/pt/node/75>.
- 2) Anexar o(s) documento(s) requeridos no(s) envelope(s) correspondente(s) à vaga desejada. Os envelopes estarão disponíveis no campo “documentos exigidos”, localizado ao final do extrato do processo seletivo.
- 3) Clicar no botão “quero participar” para validar a manifestação de interesse do candidato(a) pelo processo seletivo.

Importante: registrar o interesse não garante a participação efetiva do candidato. Para isso, é fundamental que cada documento(s) requerido(s) seja(m) anexado(s) no envelope indicado, respeitando a data e o horário limite estabelecidos no edital.

Não serão recebidos currículos por outros meios. Caberá ao consultor explicitar, no currículo enviado, o atendimento aos requisitos desejados, com o período em meses de atuação em cada requisito.

Os processos seletivos terão validade de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua divulgação, conforme Manual de Normas e Procedimentos para Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil.

O(A) Consultor(a) será responsável pelo pagamento de todos os encargos tributários, sociais e trabalhistas, referentes ao contrato, de acordo com as leis brasileiras que regem a contratação de autônomo.

Não será proporcionado ao(a) Consultor(a), seguro social (INSS), por acidentes de trabalho, de saúde, de acidentes ou de vida, nem lhe serão concedidas férias, licença por enfermidade ou qualquer outro emolumento durante a vigência do Contrato.

O(A) Consultor(a) deverá executar as atividades constantes neste Termo de Referência de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

Ao preencher o currículo, o candidato deverá descrever minuciosamente as experiências profissionais e se atentar para a precisão no emprego das palavras, de forma a deixar claras as atividades desempenhadas e os níveis de conhecimento e experiência em relação aos critérios de avaliação previstos no Edital. É recomendável especificar, por exemplo, para cada experiência, a data completa de início e fim, o tipo de vínculo, a instituição demandante ou à qual estava vinculada, o nome ou descrição dos projetos envolvidos, as atividades desenvolvidas e quaisquer outras informações que o candidato achar relevante para a sua avaliação. Devem constar como experiências separadas diferentes funções que o candidato exercer em uma mesma instituição.

No que se refere à formação acadêmica, o candidato deverá informar os cursos realizados, data de início e término e o nível do curso. Além disso, deverá incluir no campo de informações relevantes os temas da monografia, dissertação e tese, quando houver.

As informações prestadas devem ser relevantes para a consultoria que está sendo contratada.

Eventualmente poderão ser solicitados, por e-mail, esclarecimentos adicionais quanto à experiência profissional e acadêmica dos candidatos.

Será solicitado ao consultor selecionado comprovar, antes de sua contratação, experiência profissional e acadêmica dos requisitos nos quais foi pontuado.

No caso de experiência laboral, serão aceitos atestados tais como: declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração e/ ou a cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União). No caso de publicações, a comprovação será feita pela cópia da capa e sumário do volume em questão, acompanhado da cópia da ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente. No caso de processos de formação, a comprovação será feita pela cópia do diploma ou certificado em

questão. Para a comprovação de títulos de pós-graduação, na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas correspondentes, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final (monografia, dissertação ou tese, conforme o nível) acompanhada do respectivo histórico escolar.

18 - FONTE DE RECURSOS

Os recursos para pagamento do Contrato de Prestação de Serviços regulamentado por este Termo de Referência são oriundos do Ministério, alocados ao Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/24/002 - "QUALISAN" - Qualificação das ações públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional e do acesso a água para as famílias em situação de vulnerabilidade social do Brasil.

19 - PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

O candidato aprovado no processo seletivo deverá realizar os seguintes passos, quando solicitado pela Coordenação do Projeto:

- Preencher a Ficha Cadastral do IICA que será enviada pelo Projeto;
- Apresentar os seguintes documentos à Direção Nacional do PCT BRA/IICA/24/002 - "QUALISAN" - Qualificação das ações públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional e do acesso a água para as famílias em situação de vulnerabilidade social do Brasil.
- Original ou cópia autenticada dos diplomas de formação acadêmica e comprovantes de experiências profissionais;
- A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá as vias do contrato para assinatura e devolução posterior.
- Cópia de CPF, RG (que contenha o número do CPF) e ou identidade profissional;
- Comprovante de inscrição na Previdência Social como autônomo.

A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá o contrato por meio eletrônico para assinatura.

EDITAL Nº 183/2026
ORGANISMO INTERNACIONAL
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
BRA/IICA/24/002
SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO

Código: TR/PF/IICA-44686

Estudo técnico sobre estratégias nacionais e internacionais de promoção dos alimentos da cesta básica, com foco nas políticas públicas do Brasil e Portugal, para subsidiar parceria firmada entre os dois países e elaboração de policy brief com recomendações.

Formação: Graduação em Nutrição, ou em Engenharia de Alimentos, ou em Gastronomia; Doutorado em Nutrição em Saúde Pública ou em Políticas Públicas, ou Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.

Experiência Profissional: Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e/ou Ambientes Alimentares, e/ou Monitoramento e Avaliação, e/ou Segurança Alimentar e Nutricional, com elaboração de pelo menos 2 (dois) materiais e/ou publicações nessas áreas.

Vigência Contratual: 180 dias

Número de Vagas: 1

Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, impreterivelmente até o dia **23/08/2026 às 23:59:00h**. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA <https://www.iica.int/pt/node/75>.

Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017.